

## DA MARGINALIZAÇÃO À INCLUSÃO: A POSSIBILIDADE E O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA NEGRA NA UNIVERSIDADE<sup>1</sup>

### *FROM MARGINALIZATION TO INCLUSION: THE POSSIBILITY AND THE CHALLENGE OF THE BLACK EXPERIENCE AT THE UNIVERSITY*

Agnaldo de Sousa Barbosa<sup>2</sup>  
Eduardo Damasceno e Silva<sup>3</sup>  
Pedro Oliveira Silva Junior<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho analisa as possibilidades e os desafios enfrentados por estudantes negros no ensino superior brasileiro, considerando os impactos do racismo estrutural e institucional sobre suas trajetórias educacionais. Com base em uma revisão bibliográfica de intelectuais negros e negras que problematizam a racialização das relações sociais e o processo histórico de afastamento racial do saber formal, o texto discute as dinâmicas que atravessam o acesso, a permanência e o reconhecimento da produção intelectual negra no interior das universidades. Além disso, evidencia os limites e as potencialidades das políticas de ações afirmativas na democratização do ensino superior e no enfrentamento do epistemicídio que marca a constituição do campo educacional brasileiro. A partir de uma perspectiva interseccional, busca-se demonstrar como raça, gênero e classe estruturam as experiências de estudantes negros, que transformam o espaço acadêmico em território de resistência, afirmação identitária e reconstrução epistemológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade; Inclusão; Racismo;

**ABSTRACT:** This article analyzes the possibilities and challenges faced by Black students in Brazilian higher education, considering the impacts of structural and institutional racism on their educational trajectories. Based on a literature review of Black scholars who examine the racialization of social relations and the historical exclusion of Black populations from formal education, this study discusses the dynamics that affect access, retention, and recognition of

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de projetos de pesquisa e intervenção desenvolvidos coletivamente no âmbito do grupo Pensar Negro, vinculado à Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI), bem como ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS).

<sup>2</sup> Doutor e Livre-Docente em Sociologia. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP/Franca. Professor Associado. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, do qual é Coordenador. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0029-1277>. E-mail: [agnaldo.barbosa@unesp.br](mailto:agnaldo.barbosa@unesp.br).

<sup>3</sup> Graduando em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS). Pesquisador na área de direito constitucional e direitos coletivos. Bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisa “Pensar Negro”, promovido pela CAADI/UNESP. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7322-0293>. E-mail: [eduardo.damasceno@unesp.br](mailto:eduardo.damasceno@unesp.br).

<sup>4</sup> Graduando em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS). Pesquisador na área de direito antidiscriminatório. Bolsista PIBIC/2026 e do Grupo de Estudos e Pesquisa “Pensar Negro”, promovido pela CAADI/UNESP. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7735-5950>. E-mail: [pedro.o.silva@unesp.br](mailto:pedro.o.silva@unesp.br).

Black intellectual production within universities. It also highlights the limits and potential of affirmative action policies in democratizing higher education and confronting the epistemicide that characterizes the Brazilian educational system. From an intersectional perspective, the analysis demonstrates how race, gender, and class shape the experiences of Black students, who transform academic spaces into environments of resistance, identity affirmation, and epistemological reconstruction.

**KEYWORDS:** University; Inclusion; Racism;

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender as possibilidades e os desafios que compõem a realidade de jovens negros que acessam o ensino superior. Fundamentado nas contribuições de intelectuais negros que refletem sobre o impacto do racismo na educação e em outras esferas da vida social, o texto tem como objetivo evidenciar as estratégias estruturais que, ancoradas na lógica racista, impedem, dificultam e corroem a experiência de pessoas negras nas universidades.

O intuito não é apenas debater as dificuldades enfrentadas por esse grupo racial ao adentrar o mundo acadêmico, mas também revelar formas de resistência passíveis de consolidação em políticas públicas e institucionais voltadas à efetivação do direito à educação. Tais políticas devem assegurar não apenas o ingresso, mas, sobretudo, a permanência material, simbólica e epistêmica dessas pessoas nos espaços de produção do conhecimento. A partir de uma análise estrutural do sistema de ensino, busca-se ressignificar a vivência desse grupo, reconhecendo-o como sujeito ativo de produção e reprodução do saber, deslocando-o da posição histórica de objeto de estudo para o lugar de protagonista e produtor de conhecimento.

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica, com abordagem qualitativa, que mobiliza produções clássicas e contemporâneas de intelectuais negros e negras, articuladas a dados empíricos recentes provenientes de pesquisas institucionais e estudos quantitativos sobre o ensino superior brasileiro. Para tanto, o estudo ancora-se nas produções de Sueli Carneiro (2023), Lélia Gonzalez (2020), Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), Djamila Ribeiro (2018), Cida Bento (2022), Abdias do Nascimento (2016), Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), Bell Hooks (2017), Dennis de Oliveira (2021), Dagoberto José Fonseca (2009), Nilma Lino Gomes (2012), Amílcar Araújo Pereira (2013) e Gilberto Freyre (2006), cujos trabalhos constituem pilares fundamentais para compreender o racismo como sistema estruturante da vida social e educacional no Brasil.

A exclusão histórica da população negra dos espaços de debate, produção e circulação do conhecimento moldou a divisão social brasileira. Embora 55,5% da população brasileira se autodeclare negra (45,3% parda e 10,2% preta), essa maioria demográfica não se reflete na composição racial das universidades federais, especialmente no corpo docente, revelando a permanência de um padrão estrutural de exclusão racial.

A desigualdade racial, enquanto produto e reprodutora das hierarquias sociais, continua a estabelecer barreiras desde o ensino básico. Durante séculos, a população negra foi empurrada à marginalidade e ao apagamento, em razão do sucateamento do ensino público e do deslocamento precoce de jovens negros do ambiente escolar para o mercado de trabalho, muitas vezes na informalidade. Assim, as instituições de ensino superior, historicamente elitizadas, brancas e excludentes, consolidaram-se como espaços distantes e, por vezes, hostis à presença negra (OLIVEIRA, 2021).

Nesse cenário de exclusão social e desigualdade, as políticas públicas de ações afirmativas emergem como marco de transformação social e de reparação histórica. Entre 2001 e 2020, a presença de estudantes pretos, pardos e indígenas nas universidades públicas saltou de 31% para 52%, demonstrando o impacto positivo das políticas de cotas no acesso ao ensino superior. Contudo, esse avanço no ingresso não foi acompanhado por transformação equivalente na estrutura docente e institucional.

Elas representam não apenas uma estratégia de inclusão, mas também um instrumento de justiça, ao contribuírem para o reconhecimento da dívida histórica do Estado brasileiro e para a promoção da igualdade racial e do direito à educação. Mais do que ampliar o acesso aos cursos de graduação, as ações afirmativas simbolizam a possibilidade concreta de participação e protagonismo da população negra em espaços historicamente negados, sendo capazes de reconfigurar o ambiente acadêmico e torná-lo mais plural, representativo e comprometido com a construção de um conhecimento verdadeiramente democrático.

Apesar dos avanços proporcionados pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos nacionais, e pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, ainda há um longo caminho a ser percorrido. A implementação dessas políticas, embora essencial, não é suficiente para transformar integralmente a experiência de pessoas negras no ensino superior. O aparato legal necessita de acompanhamento, monitoramento e suporte institucional que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência, o acolhimento e o reconhecimento da produção intelectual negra no espaço acadêmico.

Dessa forma, a relevância do debate ultrapassa a questão do ingresso desses jovens, exigindo uma transformação profunda na estrutura e na cultura universitárias. Tal mudança deve abarcar a revisão de currículos e práticas pedagógicas, bem como a reformulação das relações institucionais e sociais que sustentam o racismo acadêmico. O desafio consiste em construir um espaço que deixe de reproduzir hostilidades e exclusões para se tornar um ambiente de acolhimento, afirmação identitária e produção de saberes plurais, capazes de tensionar as estruturas da branquitude e promover a efetiva democratização do conhecimento.

## **2. A CONSTRUÇÃO DA RACIALIDADE E A EXCLUSÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO NEGRA DA EDUCAÇÃO**

A discussão sobre raça no contexto brasileiro parte de uma perspectiva histórica e social que a reconhece como fruto de uma construção antropológica, sendo um elemento estruturante na formação da sociedade nacional. O conceito moderno de raça emergiu com a invasão às Américas e serviu como uma forma de legitimar as relações de dominação impostas pelos colonizadores europeus durante a implementação das colônias, bem como do escravismo. Nesse cenário, o eurocentrismo foi se consolidando como racionalidade e poder, criando uma divisão racial que segrega a população em lugares e papéis na estrutura (RIBEIRO, 2018).

A obra *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon, publicada no século XX, analisa o profundo impacto psicológico que o colonialismo e o racismo exercem sobre a identidade da pessoa negra. O autor demonstra que a negritude é uma construção social forjada em oposição à branquitude, impondo ao sujeito negro uma dualidade ontológica: embora seja um ser humano pleno, vive em uma realidade que constantemente nega ou relativiza sua humanidade diante do olhar do “outro”, que o enxerga como inferior. Essa dualidade não é mero resultado de uma experiência individual, mas expressão de uma imposição cultural e histórica que estrutura as sociedades modernas, intensificando o conflito interno do negro em seu processo de afirmação identitária. Dentro dessa lógica, a negritude é frequentemente reduzida a estereótipos associados à criminalidade, à pobreza e à marginalidade, alimentando um imaginário social que vê o negro como ameaça ou o define como “ser inferior”. Nesse sentido, a realidade de sujeitos negros no ambiente universitário oscila entre uma ontologia real - modo como o negro vive, pensa e sente - e uma negação simbólica, modo como é socialmente tratado, excluído de direitos e despojado de pertencimento e dignidade. Esse processo contínuo de desumanização produz impactos profundos e duradouros na autoestima, na saúde mental e na subjetividade do indivíduo negro (FANON, 2008).

No contexto dessa dualidade, a branquitude passa a se estabelecer como modelo universal de humanidade, determinando não só normas estéticas, mas influenciando padrões comportamentais, culturais e morais. Dessa forma, o corpo, a cultura e os valores brancos assumem o caráter de únicos e especiais, e qualquer desvio dessas normas, como a negritude, por exemplo, é tratado como anomalia, ameaça e inferioridade. Essa estratégia que impõe uma normatividade branca não apenas marginaliza o corpo negro, mas define politicamente, culturalmente e socialmente o modo pelo qual a estrutura social passa a se configurar, estabelecendo quem pode ou não ser criminalizado e invisibilizado. Conforme analisa Fanon:

A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que devem nos lembrar que a situação tem um duplo sentido. Respondemos que não é verdade. Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008, pg. 104)

Enquanto a negritude é subalternizada, a branquitude é erigida como padrão universal de conhecimento, força e capacidade. A tradição ocidental torna-se responsável por consolidar uma periferia não apenas geográfica, mas também econômica, racial e intelectual. O resultado desse processo é a desqualificação sistemática de epistemologias outras, já que as estruturas de validação do saber permanecem sob o controle de instituições brancas, que definem o início, o meio e o fim da produção de conhecimento. Logo, a população negra se construiu à margem de sua própria comunidade, desconectado de suas vivências e reivindicações, demonstrando que o negro foi, e ainda é, negado enquanto sujeito histórico e produtor de conhecimento. A produção intelectual negra e o ativismo enfrentam, portanto, recusa e deslegitimação, sendo frequentemente reduzidos a fontes empíricas ou complementares, quando deveriam ocupar o lugar de autoridade epistêmica (RIBEIRO, 2018). A observação de Grada Kilomba sobre essa perspectiva é ilustrativa desse argumento:

Essas não são simples categorizações semânticas; elas possuem uma dimensão de poder que mantém posições hierárquicas e preservam a supremacia branca. Não estamos lidando aqui com uma "coexistência pacífica de palavras", como Jacques Derrida (1981, P. 41) enfatiza, mas sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar. (KILOMBA, 2019, pg. 53)

Esse mecanismo de dominação e anulação das capacidades cognitivas dos povos subalternizados constitui o que Sueli Carneiro (2023) define como epistemicídio, conceito

formulado inicialmente por Michel Foucault e ampliado por Boaventura de Sousa Santos. Trata-se de uma das formas mais eficazes de manutenção da supremacia racial, pois vai além da violência física e econômica: é o extermínio simbólico e material dos sistemas de conhecimento dos povos racializados, negando-lhes legitimidade enquanto sujeitos epistêmicos. O epistemicídio articula-se ao dispositivo de racialidade, que naturaliza hierarquias raciais, e ao biopoder, entendido como o poder de gerir a vida e a morte, determinando quais existências são dignas e quais são descartáveis. Igualmente, a dominação racial ultrapassa o controle dos corpos e alcança o campo das ideias, da linguagem e da educação, desqualificando o saber produzido por sujeitos negros e privando-os de acesso a uma educação crítica e emancipatória.

A própria escravização no Brasil, por exemplo, recorria a argumentos de que o trabalho forçado era uma instituição social africana, sugerindo que os povos africanos possuíam uma suposta natureza servil e não tinham alma. Posteriormente, esse argumento foi substituído pela noção de que haveria uma inferioridade natural dos negros em relação aos brancos (CARNEIRO, 2023). Por consequência, essa falsa afirmação influenciou pensadores e cientistas que reforçavam a incapacidade dos negros para o desenvolvimento humano, manifestando o racismo estrutural no ambiente acadêmico, o qual se configura, atualmente, como uma injustiça que prejudica o acesso à educação enquanto direito fundamental para estudantes negros (HOOKS, 2017).

No Brasil, a grande narrativa que legitima a ordem racial desigual ganhou força na primeira metade do século XX com a obra *Casa-grande & senzala*, escrita por Gilberto Freyre (FREYRE, 2006). O famoso “mito da democracia racial” parte da ideia de que o Brasil teria superado os conflitos raciais por meio de uma convivência harmoniosa entre pessoas indígenas, brancas e negras, produzindo o entendimento de uma relação de cordialidade entre esses grupos e fortalecendo um discurso poderoso de negação do racismo (NASCIMENTO, 2016). Essa ideologia foi incorporada tanto pelo Estado quanto pela elite da época, operando como instrumento de silenciamento que buscava mascarar a marginalização, a exclusão social e o preconceito. Ao afirmar que “todos somos iguais”, o Estado desarticulou as denúncias de racismo, retirando-lhes legitimidade, impedindo o avanço de reivindicações por direitos e classificando como “divisionista” ou “vitimista” qualquer mobilização com a mesma perspectiva. Como observa Sueli Carneiro (2023), esse discurso produziu um “apagamento simbólico do negro”, pois naturalizou a subalternidade e a negação do reconhecimento de pessoas negras a partir de suas demandas específicas.

Além disso, esse discurso encontra amparo também na ideia de miscigenação, que foi instrumentalizada politicamente como argumento para sustentar a lógica de uma suposta igualdade (PEREIRA, 2013). A prática da miscigenação no contexto brasileiro deriva de uma política de embranquecimento, não da valorização da diversidade. A mestiçagem não se apresentou como sinônimo de integração, mas como fator categorizante que determina quem pode ser considerado cidadão ou não, barrando o avanço de políticas afirmativas para o grupo racial negro e limitando sua mobilidade social. Portanto, a ideia de “democracia racial” foi implementada com o propósito de dissolver a consciência racial coletiva, o que dificultou o protagonismo político de pessoas negras. Esse mito não só institucionalizou uma política de invisibilização, como colocou em prática a exclusão por meio da negação dos conflitos (CARNEIRO, 2023).

A exclusão da população negra do acesso à educação no Brasil não se dá apenas por processos sociais e culturais, mas também por mecanismos normativos que institucionalizam a desigualdade. A Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, que proibia escravizados, negros e africanos livres, bem como pessoas com doenças contagiosas, de frequentarem as escolas públicas, exemplifica como o Estado incentivava a marginalização intelectual e social das pessoas negras durante o período imperial. É importante destacar que essa lei não apenas proibia o estudo de pessoas negras, mas reforçava a percepção de que elas seriam incapazes de desenvolver habilidades cognitivas, produção de conhecimento e pensamento crítico, reproduzindo estereótipos de inferioridade intelectual já presentes na construção social acerca da ideia de “raça”. O texto da lei é emblemático nesse sentido:

Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

Essa proibição legal foi um dos primeiros instrumentos de epistemicídio, na medida em que impediu que a população negra produzisse, transmitisse e legitimasse seu próprio conhecimento, relegando-a à marginalidade educacional. Os efeitos dessa exclusão se estendem até os dias atuais, refletindo-se nas persistentes desigualdades no acesso à educação de qualidade, na sub-representação de pessoas negras em espaços acadêmicos e de poder, e na desvalorização de saberes produzidos por indivíduos racializados.

Dessa maneira, compreende-se que, mesmo com políticas afirmativas e avanços legais, a estrutura social construída historicamente ainda impacta diretamente a experiência do negro com a educação em seu sentido formal, visto que a exclusão educacional é um dos elementos centrais do funcionamento do racismo estrutural no país.

### 3. INTERSECCIONALIDADE E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A trajetória de Luís Gama simboliza de forma paradigmática o histórico de exclusão racial que estrutura o campo educacional brasileiro. Vitimado pela Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, foi impedido de cursar Direito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1850. Mesmo diante dessa interdição institucional, Gama formou-se de maneira autônoma, tornando-se um dos maiores advogados do país e utilizando seu conhecimento como instrumento de emancipação coletiva ao atuar na libertação de pessoas escravizadas. Sua prática jurídica, marcada pelo abolicionismo e pelo humanismo, configurou-se como ato de insurgência intelectual, revelando como o domínio do saber pode operar como ferramenta de enfrentamento e de ruptura com a lógica da opressão. Tal episódio histórico evidencia que a exclusão racial nas instituições de ensino possui longa duração e demonstra que, ainda hoje, o acesso e a permanência de pessoas negras no ensino superior seguem atravessados por barreiras estruturais persistentes (GONZALEZ, 2020).

Ainda que revestidas de novos discursos, as práticas excludentes instauradas no período imperial permanecem presentes nas estruturas contemporâneas dos centros de formação profissional. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2023, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a quantidade de pessoas negras nas instituições de ensino superior ainda é proporcionalmente inferior ao número que representam na sociedade brasileira. Os dados demonstram que 29,5% das pessoas brancas entre 18 e 24 anos estavam matriculadas no ensino superior, e 6,5% haviam concluído a graduação; entre pretos e pardos, os percentuais caem para 16,4% cursando e apenas 2,9% com diploma. A sub-representação é ainda mais acentuada em universidades da Região Sul, onde instituições como a UNIPAMPA registram mais de 70% de discentes brancos, evidenciando que a democratização do acesso não ocorre de forma homogênea no território nacional (CARDIANO et al., 2024).

A negação do racismo, como observa Grada Kilomba (2019), constitui uma das estratégias mais eficazes do próprio racismo no Brasil. Ao negar ou minimizar a existência da discriminação, produz-se uma forma metafórica de esquizofrenia social, em que a realidade racial é sentida cotidianamente, mas silenciada no discurso público. Essa negação institucionaliza o sofrimento psíquico, transformando o espaço estudantil em um palco de humilhações sutis, indiferença e invisibilidade, que desumaniza os sujeitos negros e nega a legitimidade de suas presenças nesses espaços de saber.

A reprodução de estereótipos e a baixa expectativa de professores e colegas em relação aos estudantes negros configuram expressões concretas dessa exclusão simbólica. O preconceito é naturalizado no trato cotidiano e opera como um obstáculo, abalando a autoestima e o sentimento de pertencimento. Embora a escola e a universidade possuam a função de normalizar e integrar os indivíduos, o negro não é reconhecido como parte integrante dessa estrutura, eis que é anormalizado e excluído pela branquitude, contribuindo significativamente para os altos índices de evasão escolar.

Ainda com base na Pnad Contínua de Educação 2023<sup>5</sup>, dentro da análise dos grupos de jovens que possuem idade de 14 até 29 anos no país, uma soma de 9 milhões de pessoas não completaram o ensino médio, sendo as causas: 1) abandono escolar antes do término desta etapa; 2) seja por nunca terem frequentado o espaço escolar. Desse número, a taxa de homens corresponde a 58,1% e as mulheres a 41,9%. Ao analisar o recorte de cor ou raça, 27,4% estão enquadrados como brancos e 71,6% enquadrados como pretos e pardos. Esse cenário de desigualdades na educação básica impacta diretamente o acesso ao ensino superior, eis que decorrente da dificuldade de submeter-se às normas brancas hegemônicas, que naturalizam suspeitas sobre a educabilidade e impõem a subordinação racial em espaços coletivos.

Quando essa violência simbólica se soma a outras barreiras estruturais, como a necessidade de trabalhar para garantir o sustento da família, a falta de acesso a condições dignas de vida e a precariedade das políticas educacionais, o resultado é a intensificação do abandono escolar entre jovens negros, expressão que evidencia como as desigualdades raciais atravessam o sistema educacional brasileiro.

Esse exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, pg. 50)

A realidade exposta demonstra um processo cumulativo de inseguranças quanto à própria capacidade intelectual, capaz de cultivar uma insegurança internalizada que se manifesta em dúvidas ou até mesmo em um certo desprezo pelo trabalho intelectual,

---

<sup>5</sup> Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos: [https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gad\\_source=1&gad\\_campaignid=17961773012&gbraid=0AAAAABRS77HGx64yrXYFJIOXEqrssyn-s&gclid=Cj0KCQjwsPzHBhDCARIsALiWNG0-5AKdcqH4AhtexXIMKwcGU0iOjFr\\_osW\\_Nokiqi9TrhUxTSb5ARUaAgTbEALw\\_wcB](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gad_source=1&gad_campaignid=17961773012&gbraid=0AAAAABRS77HGx64yrXYFJIOXEqrssyn-s&gclid=Cj0KCQjwsPzHBhDCARIsALiWNG0-5AKdcqH4AhtexXIMKwcGU0iOjFr_osW_Nokiqi9TrhUxTSb5ARUaAgTbEALw_wcB)

comportamento que pode ser entendido como tática de defesa diante do olhar pautado na branquitude que continuamente questiona a competência das populações marginalizadas, especialmente negras. Em razão disso, o intelectual negro precisa defender sua humanidade, incluindo sua habilidade e capacidade de raciocinar logicamente, visto que este fardo advém da histórica redução dos corpos negros a corpos sem mente.

A estratégia de anulação da razão e de saberes culturais não é um resultado acidental da exclusão, mas um mecanismo específico que desqualifica o conhecimento dos povos subjugados. Essa estratégia se manifesta como formas de sequestro, rebaixamentos ou assassinato da razão, que no contexto educacional, transforma o aparelho escolar em uma fonte de múltiplas violências (CARNEIRO, 2023). O epistemicídio, amparado na falta de suporte ao intelectual negro nas instituições públicas, corrobora para o isolamento social e cultiva receios de incompetência, obrigando esses estudantes a buscarem conhecimento e reconhecimento em estruturas e indivíduos que não acreditam na capacidade deles, produzindo assim, um ciclo vicioso de violência e baixa autoestima. Desmobilizar individualmente cada estudante negro é impedir o estabelecimento de uma cultura de cuidado e valorização coletiva, essenciais para a emancipação, principalmente, no ambiente da graduação, que conforme aponta Sueli Carneiro:

A experiência de entrar na universidade se apresenta como um rito de iniciação para a maioria dos estudantes negros. Há um percurso comum. O jovem é pobre, estuda em escolas nas quais consegue ter bom ou excelente desempenho, uns e outros dizem que é inteligente, gosta de estudar e acha que entrar na universidade é a continuação de um processo natural. Mas subitamente tudo é negado. (CARNEIRO, 2023, pg. 293)

Compreender o racismo nesses espaços requer uma análise interseccional que leve em conta a articulação entre raça, gênero e classe. A jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw concebe a interseccionalidade como uma chave analítica que evidencia como múltiplos eixos de opressão se sobrepõem e produzem situações específicas de marginalização. No caso das mulheres negras, essas dimensões se entrelaçam de modo particularmente violento, conformando o que Lélia Gonzalez denomina de “tripla discriminação”.

A intersecção entre raça, gênero e classe revela como o patriarcado e o racismo colonial operam conjuntamente ao capitalismo para delimitar os lugares sociais das mulheres negras, restringindo-lhes o acesso a espaços de poder e visibilidade. Mesmo quando algumas mulheres negras atingem altos níveis de escolarização, elas continuam associadas a papéis de subalternidade ou à hipersexualização, fenômeno que se reflete tanto nas dinâmicas acadêmicas quanto no mercado de trabalho. Tal estrutura hierárquica reforça a desigualdade e impede a plena valorização da intelectualidade negra feminina, que ainda enfrenta obstáculos materiais,

culturais e simbólicos para afirmar sua autoridade e legitimidade. De acordo com o argumento de Lélia Gonzalez:

[...] lidar, por exemplo, com a divisão sexual e racial do trabalho sem articulá-la com a correspondente racial é cair em uma espécie de 'racionalismo branco abstrato', como também é tirar de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um alto preço por não serem brancas (GONZALEZ, 2020, p. 142).

Essa estrutura de exclusão se evidencia de forma contundente nos dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2024)<sup>6</sup>, que demonstram como a desigualdade de gênero se agrava ao ser atravessada pela questão racial. Enquanto a taxa de desocupação entre homens brancos é de 4,4% e de 5,8% entre mulheres brancas, ela atinge 9,3% entre mulheres negras, quase o dobro. As diferenças salariais reforçam esse abismo, de forma que um homem branco recebe, em média, R\$ 8.849,00, uma mulher não negra, R\$ 5.478,00 e uma mulher negra, menos da metade desse valor, cerca de R\$ 3.964,00. A disparidade se acentua justamente em cargos de nível superior e funções de liderança, o que evidencia que o racismo e o sexismo não apenas limitam o acesso, mas também desvalorizam a presença negra feminina nos espaços de prestígio e decisão quando elas 'chegam lá'.

Essas desigualdades são reforçadas por atos sistêmicos de discriminação no mercado de trabalho, na educação e em outras esferas sociais, especificamente por esses indivíduos não serem membros dos "grupos dominantes" na sociedade. As trajetórias de mulheres negras, em especial, tornam-se marcadas por maior vulnerabilidade, precariedade e invisibilidade institucional, ainda que tenham alcançado espaços antes negados e ocupados majoritariamente por homens brancos. Por outro lado, o conceito de interseccionalidade não se limita à crítica teórica, mas apresenta uma ferramenta política de enfrentamento às desigualdades, já que ela pode ajudar a enxergar as opressões e combatê-las, reconhecendo que algumas opressões possuem padrões mais intensos que outros. Essa reflexão amplia a necessidade de uma compreensão mais ampla sobre o funcionamento das relações de poder no espaço das universidades, reforçando a auto-revisão coletiva e não reprodução de violências sistêmicas a outros grupos marginalizados, ressaltando a estudantes que fazem parte de grupos minoritários a importância de fortalecerem o acesso de mulheres negras, bem como de pessoas trans, pcd's, quilombolas e com outros marcadores sociais dentro do mesmo espaço.

---

<sup>6</sup> Desafios da mulher no mercado de trabalho: desigualdade de gênero e racismo persistem: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem#:~:text=Atualmente%2C%20cerca%20de%20%20bilh%C3%B5es,mais%20horas%20em%20algumas%20regi%C3%B5es.>

No plano da classe, a pobreza atua como um dispositivo racial que naturaliza a inferioridade social e disfarça o racismo sob o manto da desigualdade econômica, estruturando condições muito distintas de vida entre grupos brancos e negros. Dados do IPEA<sup>7</sup> mostram que, em 2022, a renda média das pessoas brancas permaneceu aproximadamente 87% superior à das pessoas negras. Para mais, mulheres e homens negros compõem 80% dos 10% mais pobres da população brasileira, enquanto mulheres e homens brancos perfazem os 20% restantes, revelando que a cor da pele continua a ser um fator determinante de acesso a recursos materiais e oportunidades. Nesse cenário, estudantes negros chegam ao ensino superior enfrentando uma condição socioeconômica mais adversa e com menor disponibilidade para dedicação integral às atividades acadêmicas. Como consequência direta dessa realidade, a maior parte dos estudantes negros precisa trabalhar durante a graduação, o que afeta tanto a qualidade quanto o tempo de permanência na instituição de ensino. Isso implica lidar simultaneamente com altas exigências acadêmicas e responsabilidades laborais, ampliando desigualdades já presentes no acesso ao ensino superior. O desempenho acadêmico e o bem-estar desses estudantes ficam comprometidos não por incapacidade individual, mas pela própria estrutura social que condiciona trajetórias educacionais distintas com base na raça.

O racismo institucional tem impactos diretos e mensuráveis: um estudo realizado pela UFSCAR apontou que 54,4% dos estudantes negros afirmaram ter sofrido racismo ao menos uma vez dentro da instituição. Curiosamente, estudantes pardos relataram sofrer mais racismo direto (57,9%) do que os pretos (42,1%), embora estes últimos presenciem mais o racismo (68,3%). Essas vivências não são eventos isolados, mas processos de violência que colocam em questão a autoconfiança e a motivação do estudante, atuando como um fator determinante para o adoecimento psíquico e a exposição a transtornos como ansiedade e depressão (GUERRA et al., 2024).

A vivência de estudantes negros no ensino superior demonstra que a esfera formativa permanece estruturada por lógicas de poder que racializam, hierarquizam e regulam quem pode pertencer aos espaços de saber. Quando esses mecanismos se articulam a desigualdades de classe e gênero, especialmente no caso das mulheres negras, configuram trajetórias marcadas pela precariedade, pela deslegitimação e constante exercício de provar a própria capacidade. Desse mesmo modo, a presença negra nas universidades constitui uma ruptura histórica, expressão de insurgência coletiva e afirmação de existências que insistem em ocupar o que

---

<sup>7</sup> A pobreza no Brasil tem cor. Sua cor é negra.: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>

sempre foi negado. Posto isso, a superação dessas barreiras exige não apenas políticas de ingresso, mas um compromisso institucional com a permanência, o cuidado e a reconstrução das estruturas acadêmicas, de forma que o conhecimento produzido e validado não reproduza epistemicídios.

#### **4. AÇÕES AFIRMATIVAS: CONQUISTAS E DESAFIOS CONTÍNUOS**

Dagoberto Fonseca, referência nos estudos de relações raciais no Brasil, desenvolve em sua obra *Políticas públicas e ações afirmativas: história e práticas* (2009) uma análise do percurso histórico e político das ações afirmativas no país, situando-as como instrumentos essenciais no enfrentamento das desigualdades raciais e sociais que estruturam a sociedade brasileira. Partindo de suas reflexões, ressalta-se a importância da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 12.711/2012 como pilares das políticas de promoção da igualdade racial, uma vez que atuam de maneira complementar no campo educacional ao ampliar o acesso de estudantes negros e reconfigurar a produção de conhecimento.

Essas conquistas são fruto direto da luta contínua do Movimento Negro Unificado (MNU), que historicamente pautou a necessidade de políticas transformadoras capazes de produzir impactos concretos na vida da população negra. Desde suas primeiras articulações, o MNU reivindicou a inclusão da história e cultura afro-brasileira nas escolas e sua atuação política tem sido fundamental para que demandas educacionais se tornassem realidade institucional (PEREIRA, 2013).

Fundado em 07 de julho de 1978, em plena ditadura militar, o MNU representa um marco na organização política negra contemporânea, articulando pautas que envolvem identidade racial, memória da resistência e direitos civis e sociais. Seu levante rompeu com o mito da democracia racial ao denunciar publicamente as desigualdades sistematicamente silenciadas pelo Estado e pela branquitude, combinando mobilização social, pressão institucional e produção de conhecimento antirracista (GOMES, 2012).

Apesar do caráter democratizante das políticas afirmativas, sua implementação sofreu fortes contestações no campo acadêmico e na opinião pública. Um dos principais argumentos contrários às cotas raciais defendia que a inclusão de estudantes negros comprometeria a “excelência” da instituição, reforçando um discurso meritocrático que invisibiliza os efeitos do racismo estrutural. Essas narrativas continuam alimentando tentativas de retrocesso, como ocorreu no processo de revisão da Lei de Cotas em 2022, cuja permanência só foi garantida pelo persistente protagonismo do MNU e de movimentos estudantis negros.

Enquanto grupos contrários às políticas de inclusão reforçam que a verdadeira urgência estava na melhora do ensino básico e não no ingresso de pessoas negras no ensino superior, a intelectual Bárbara Carine (2023) desmascara esse discurso, classificando-o como insensato, por criar uma falsa ideia de que ações de curto e longo prazo não podem coexistir. Para Carine, as cotas são um mecanismo relevante de equidade social, funcionando como uma política de curto prazo que potencializa a existência de pessoas que vieram de um processo histórico de supressão de direitos materiais e imateriais, de forma que as cotas não podem ser consideradas esmolas ou “muletas”.

Do mesmo modo, as críticas que utilizam o conceito de excelência como um ponto a ser preservado quando se discute a inclusão de grupos marginalizados em ambientes de desenvolvimento intelectual e social, demonstram um profundo enraizamento no mito da meritocracia, o qual é responsável por sustentar a ideia de que a ausência de pessoas negras em posições e espaços de prestígio são resultados do despreparo individual, e não do racismo estrutural. Acreditar que os resultados de um objetivo pessoal ou profissional são exclusivamente frutos de esforço e habilidades individuais, é desvincular o sucesso da história social do grupo a que essa pessoa pertence e o acesso desigual a recursos essenciais e básicos, que toda pessoa precisa para exercício pleno da cidadania (BENTO, 2022). Nesse aspecto, Cida Bento pontua:

Há que se lembrar de que muitas vezes a “competência” exigida está ligada a um tipo de familiaridade com códigos da cultura organizacional adquiridos ao frequentar instâncias mais estratégicas das instituições, bem como quando se tem algum tipo de relacionamento com lideranças de níveis hierárquicos mais elevados. Essa experiência não é acessada, em geral, por grupos que carregam uma herança de discriminação e exclusão. (BENTO, 2022, p. 16)

A dificuldade em aceitar as ações afirmativas reflete, na análise de Cida Bento (2022, no “pacto da branquitude”, que pode ser conceituado como acordo tácito e não verbalizado entre pessoas brancas para manter seus privilégios e a supremacia do grupo. A branquitude, que se vê, mas também é vista, como universal, opera em um sistema que garante vantagens estruturais e privilégios raciais através de uma cumplicidade silenciosa dos grupos historicamente dominantes, subjetificando crimes contra a humanidade, a exemplo da escravidão, e os impactos positivos da herança escravocrata para a população branca, que sempre se beneficia de políticas segregacionistas em diversos setores da sociedade.

Essa oposição se manifesta de modo explícito: a possibilidade de disputa pelo conhecimento e pelo prestígio acadêmico provoca reações hostis, que buscam reafirmar a centralidade branca e questionar a legitimidade da presença negra. Tal reação pode ser

interpretada como mecanismo de preservação de privilégios racialmente estruturados diante da presença de pessoas negras capazes de inverter a lógica da supremacia caucasiana, mudanças que tensionam o território de ascensão profissional historicamente dominado. Logo, as falas e os comportamentos de negação às cotas representam a insatisfação da chegada e da permanência de pessoas negras nos espaços de disputa, tanto material quanto simbólico.

Essa insatisfação não se desdobra meramente no âmbito emocional dos incomodados com a presença de pessoas negras no espaço, mas reverbera, em condutas objetivas que buscam sufocar e degradar o processo de participação de alunos e alunas negras no ambiente acadêmico. Como observa Kilomba (2019), o racismo se revela em gestos cotidianos simbólicos que definem quem pode falar e quem deve permanecer em silêncio. Assim, o ambiente acadêmico que deveria ser palco para discussão e troca de ideias, torna-se uma arena de exibição da branquitude, na qual busca reafirmar a sua imagem como centralidade, impondo barreiras à plena participação e reconhecimento do saber produzido por pessoas negras.

Os espaços formativos não devem restringir sua atuação à ampliação do acesso do grupo étnico racial, mas também assegurar as condições que viabilizam a permanência e o êxito acadêmico, uma vez que, como observa Carine (2023), o progresso estudantil depende de suporte econômico e psicossocial capaz de enfrentar as múltiplas complexidades que atravessam a trajetória universitária, principalmente quando se trata de questões raciais. A intelectual, que também é professora da graduação e proprietária de uma escola afro-brasileira - “Escola Maria Felipa” - detalha algumas ações de permanência que podem ser implementadas em instituições de ensino, tais como auxílio na compra de materiais escolares, licença-maternidade para discentes, suporte para estudos de idiomas, atendimento psicológico especializado em marcadores raciais e fortalecimento de habilidades tecnológicas e pedagógicas afrocentralizadas, principalmente envolvendo inteligência artificial. Essas ações precisam estar articuladas à redes de apoio que acompanharão os alunos desde o ingresso até o egresso, pois a instituição dessas ferramentas é crucial para resistir ao negligenciamento acadêmico.

Organizar-se em redes de apoio, é um esforço coletivo para estabelecer uma nova realidade de enfrentamento às violências que perpassam o ambiente acadêmico. A busca pelo fortalecimento coletivo transforma a vivência individualizada das gerações anteriores em um discurso de que a trajetória negra pode ser compartilhada, o que resulta em força potencializadora que promove não só o cuidado individual, mas, também, o cuidado do outro na busca pela emancipação enquanto indivíduos racializados. Essa expansão de espaços críticos

ocorre quando os intelectuais negros lançam um olhar sincero sobre as forças históricas e sociais que moldam a estrutura acadêmica, questionando os recursos limitados e a urgência da revisão do *modus operandis* que está em vigor nas instituições educacionais (PINHEIRO, 2023). Para isso, o ensino superior, que na maior parte da história teve o negro ausente como sujeito de reflexão, deve incorporar a agenda antirracista, substituindo o perfil eurocêntrico dos conteúdos programáticos pela inserção de literaturas que expressem o conhecimento de intelectuais de grupos discriminados. A rejeição de autores convencionais e a adoção de uma postura antiacademicista são formas de reivindicar a representatividade e valorizar o conhecimento negro (PINHEIRO, 2023).

É preciso reformular a base do referencial teórico que sustenta as ideias acadêmicas, e um dos primeiros passos para fazer essa importante mudança é justamente intelectualizar pessoas negras, colocando-as como agentes de participação e intervenção social, dentro e fora da academia. Outra medida que pode impactar positivamente o enegrecimento dos espaços acadêmicos, é oportunizar a internacionalização do espaço estudantil buscando convênios com países africanos, o que permitiria uma formação científica e social mais ampla, desconstruindo mitos sobre as comunidades negras e criando referências positivas que enaltecem o protagonismo negro (PINHEIRO, 2023).

Ademais, a universidade também precisa enegrecer para além do corpo discente, formulando oportunidades e políticas que se traduzam na contratação de professores, cientistas e profissionais negros, promovendo uma imagem que realmente corresponda a população brasileira. Um levantamento quantitativo revelou a profundidade da sub-representação racial no magistério superior. Na UFABC, por exemplo, 80,9% do corpo docente é branco, enquanto apenas 3,2% se autodeclararam pretos. Na UNIFESP, 84,8% dos docentes são brancos e apenas 2,1% pretos. Na UFPR, 87,4% dos docentes são brancos, enquanto apenas 1,3% se autodeclararam pretos (TEIXEIRA & SILVA, 2025). Tais números evidenciam que a estrutura universitária permanece racialmente hierarquizada, mesmo após mais de uma década de vigência da política de cotas no serviço público.

Além disso, cabe destacar a importância de fortalecer os programas de cotas na pós-graduação para estudantes negros, pois a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no segundo semestre de 2025, divulgou dados atualizados que revelam o perfil racial das pessoas que compõem a pós-graduação no Brasil. Segundo o estudo “Mestres e

Doutores 2024, do CGEE”<sup>8</sup>, no ano de 2021, brancos ainda representavam 68,6% dos doutores e 62,9% dos mestres titulados. No mesmo período, a proporção de doutores pretos aumentou de 1,8% (1996) para 6,2% (2021), e a de pardos, de 9,7% para 23,3%, sinalizando avanços graduais na inclusão racial, embora os números revelem que menos de um terço dos titulados pertence a grupos racializados, o que demonstra a falta de oportunidade para acessar a pós-graduação.

O desenvolvimento histórico das ações afirmativas no Brasil, impulsionado pelo protagonismo do Movimento Negro Unificado, consolidou importantes avanços normativos que contribuíram para democratizar o acesso à educação e enfrentar desigualdades raciais persistentes. As leis federais que exigem o ensino afro-brasileiro e políticas afirmativas nas universidades materializam essa agenda, ao mesmo tempo em que reconhecem o papel do Estado na reparação de injustiças estruturais que historicamente excluíram a população negra do ensino superior e da produção de conhecimento. Contudo, tais políticas ainda enfrentam dificuldades baseadas no mito da meritocracia e na manutenção dos privilégios assegurados pela branquitude, que buscam preservar a sua hegemonia nos espaços de poder acadêmico. Portanto, embora o acesso tenha sido ampliado, o racismo institucional continua produzindo obstáculos à vivência e ao desenvolvimento pleno de estudantes negros nesse espaço. .

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada revela que o racismo é uma estrutura complexa presente em todas as dimensões da vida social, manifestando-se em aspectos objetivos, materiais, simbólicos e ideopolíticos, ao mesmo tempo que normaliza relações desiguais resultantes da sociedade de classes, como apontam autores que problematizam a branquitude e as hierarquias raciais. Sob essa perspectiva, a vivência de negros nas universidades é multifacetada e marcada pela interseccionalidade, estruturando vivências de discriminação múltipla de acordo com a articulação entre raça, gênero e uma concepção econômica que promove privilégios e dominação informacional. Consequentemente, a ausência de acolhimento institucional robusto, aliada ao pacto da branquitude e às violências naturalizadas no ambiente acadêmico, intensifica o racismo na academia, produzindo um contexto de desgaste que compromete a permanência e a saúde mental de estudantes racializados.

---

<sup>8</sup> Levantamento analisa diversidade racial entre mestres e doutores: <https://revistapesquisa.fapesp.br/levantamento-analisa-diversidade-racial-entre-mestres-e-doutores/>

Por outro lado, inspirados na trajetória e na capacidade de resiliência da população negra, assim como nas contribuições do movimento negro em diferentes momentos históricos, ressignifica-se e politiza-se a raça, colocando-a em um lugar de potência emancipatória que fundamenta a formação de uma nova geração de intelectuais negros, descritos como sujeitos de direito e produtores de narrativas de enfrentamento. A constituição de novos intelectuais é um ato de reafirmação que questiona o paradigma ocidentalizante e o perfil eurocêntrico das instituições de ensino superior, utilizando o intelecto como ferramenta para reconquistar a dimensão humana historicamente negada. Ao fazê-lo, o enfrentamento se torna uma prática educativa e fortalecedora para a emancipação coletiva da racialidade subalternizada.

A organização em coletivos ou redes de apoio constitui expressão central de subjetividades e experiências compartilhadas, consolidando-se como espaço de empoderamento, suporte e troca de vivências, essenciais para o fortalecimento identitário e para a sobrevivência em um ambiente que reproduz violências estruturais. A criação de redes institucionais mostra-se fundamental para estimular a crítica e a insurgência negra, permitindo que estudantes negros se apoiem na luta contra a desmoralização e o isolamento, convertendo a estratégia de sobrevivência individual em um projeto coletivo de enfrentamento, denúncia e afirmação de direitos.

Nesse sentido, torna-se indispensável compreender as ações afirmativas como políticas em constante aperfeiçoamento, cuja eficácia exige não apenas o acesso, mas também a garantia de permanência qualificada e condições reais de conclusão dos estudos. Medidas estruturantes, como a contratação de docentes negros e o redimensionamento das estruturas administrativas, são fundamentais para enfrentar a violência simbólica e material que atravessa as trajetórias acadêmicas negras, pois, ao enegrecer o espaço da academia em todas as suas dimensões, promove-se a democratização do ambiente acadêmico em corpos, epistemologias e práticas pedagógicas. Avançar no aperfeiçoamento das ações afirmativas significa reafirmar um compromisso ético e político com a justiça racial e com a construção de um futuro no qual o conhecimento produzido no país contemple todas as vozes que o constituem.

Da mesma forma, fica evidente a necessidade de revisão dos planos pedagógicos, bem como dos editais de contratação e das normativas institucionais hoje em vigor nas instituições de ensino, de forma a incorporar diretrizes que assegurem a representatividade e a equidade racial nos espaços institucionais. É igualmente essencial incentivar a diversidade nas atividades de pesquisa e extensão como forma de fortalecer o protagonismo negro e plural na produção de conhecimento e nas práticas acadêmicas, rompendo com a visão monocultural que,

historicamente, orienta a produção científica. Somado a isso, as universidades devem adotar o letramento racial obrigatório para o corpo docente e administrativo, além de fortalecer os NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros) como órgãos de fiscalização e acolhimento, transformando a universidade de um espaço de "presença negra" para um espaço de "pertencimento negro". Essa valorização não apenas oportuniza novos pensamentos, mas transforma a própria instituição ao reconhecer que a pluralidade epistemológica é condição para o avanço científico e social.

Percebe-se que o desafio de construir ambientes acadêmicos verdadeiramente equitativos, diversos e comprometidos com a justiça social é contínuo e exige engajamento profundo com as dimensões históricas e estruturais do racismo. Portanto, somente com o enfrentamento consciente e responsável será possível transformar as universidades em espaços de emancipação e reparação, comprometidos com a superação das desigualdades que marcam a história da sociedade brasileira, consolidando o reconhecimento pleno da população negra como agente central na produção de conhecimento.

## 6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 1ª ed., 2022.

BRASIL. **Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837**. Proíbe o acesso de negros e escravizados às escolas públicas. Coleção de Leis do Império, Rio de Janeiro, 1837.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, a. 149, n. 169, 30 ago. 2012. Seção 1. P. 1.

CARDIANO, Rafael; DORNELLES, Danielle Cardoso; CERQUEIRA-ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa. **Os desafios sociais e acadêmicos enfrentados pelos estudantes universitários negros da Universidade Federal do Pampa - Campus Sant'Ana do Livramento**. [s.l.]: UNIPAMPA, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/68294>. Acesso em: 11/02/2026

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas: história e práticas**. São Paulo: Autêntica, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Revista Brasileira de Educação, 2012.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

GUERRA, Nathalia Ester Martins et al. **O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 3, e04232023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04232023>. Acesso em: 11/02/2026

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA, A.; SILVA, C. O. DA .. **A persistência das iniquidades raciais no ingresso de servidores nas universidades federais**. Revista Katálysis, v. 28, p. e-106765, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2025.e106765>. Acesso em: 11/02/2026